



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 30, de 2021, da Presidência da República, que *submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO, para exercer, pelo prazo remanescente do mandato, o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da renúncia de Weber Ciloni.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

I – RELATÓRIO

Chega para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura a MSF nº 30, de 2021, da Presidência da República, que indica o Sr. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para o período remanescente que decorreu da renúncia do Senhor Weber Ciloni.

Os candidatos a diretor da ANTT devem ser submetidos a sabatina e a votação secreta pelo Senado Federal, de acordo com o art. 52, III, *f*, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que, entre outros assuntos, cria essa Agência.



SF/21668.18236-99

Por sua vez, o Regimento Interno do Senado Federal elenca, em seu art. 383, a documentação a ser encaminhada ao Senado quando da indicação de diretores das agências reguladoras, entre outras autoridades. Sinteticamente, cabe à Presidência da República encaminhar:

- currículo que detalhe tanto a experiência profissional, como a produção escrita do indicado;
- declaração acerca da existência ou não de parentes do indicado com atuação em seu campo profissional; de sua participação ou não como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou ONGs; de regularidade fiscal nas três esferas de governo; acerca das ações judiciais nas quais seja autor ou réu; e quanto à sua atuação ou não, nos últimos cinco anos, em juízos, tribunais, conselhos de administração de estatais, ou na direção de agências reguladoras;
- argumentação escrita, em que o indicado demonstre ter a formação pessoal, moral e profissional que o recomende para o cargo indicado.

Além disso, os indicados devem também atender aos requisitos de tempo de experiência profissional em postos específicos, conforme determina o art. 5º da Lei nº 9.986, de 2000, que “dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências”.

Passemos então à análise do currículo do indicado. Fábio Rogério Teixeira Dias de Almeida Carvalho nasceu em Brasília-DF, no dia 25 de dezembro de 1976.

Quanto à formação profissional, possui os seguintes cursos:

- Direito pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília – UniCEUB.
- MBA em Defesa da Concorrência – CADE, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
- Pós-Graduação em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

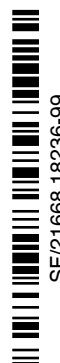


- Pós-Graduação em Direito do Estado – Direito Constitucional, Administrativo e Tributário pela ATAME – Pós Graduação e Cursos.
- Pós-Graduação em Direito Público pela Faculdade Processus.
- Curso Preparatório de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro (NPOR).
- Curso de Política Regulatória Avançada pela George Washington University, GWU – EUA.
- Teoria da Regulação – Nível Avançado pela Cooperação da London School of Economics and Political Science – LSE (Inglaterra) com a Hertie School of Governance (Alemanha).

Quanto à atuação profissional, o indicado dá conhecimento a um extenso currículo na área da regulação, o qual vem exercendo após sua experiência como tenente do Exército Brasileiro entre os anos de 1997 e 2002. A atuação no campo da regulação inclui tanto atividades como professor de diversas disciplinas do magistério superior, mas principalmente na ANTT, órgão para o qual foi aprovado para o cargo de Especialista em Regulação em 2005, e no qual chefiou diversas superintendências e gerências, inclusive a Superintendência Executiva da autarquia. Atuou também como Gerente de Projetos na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República entre 2011 e 2012, e atua como Diretor de Estruturação e Articulação de Parcerias no Ministério da Infraestrutura desde janeiro de 2019. Por fim, atuou na advocacia privada entre 2017 e 2018, período para o qual solicitou licença para tratar de interesses particulares à ANTT.

Em relação às declarações, apresentou as seguintes:

- não ter parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;
- não detém participação como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais. Declara, contudo, que participou como sócio de escritório de advocacia (Dutra e Associados) no período em que



solicitou licença para tratar de interesses particulares (2017-2018).

- não possuir pendências fiscais de competência federal, estadual, distrital ou municipal, conforme certidões que encaminhou;
- que não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial.
- De ter participado/participar nos conselhos de administração da Companhia Docas do Pará (CDP) entre junho de 2019 e junho de 2020, e da Santos Port Authority, de junho de 2020 até o presente.

Apresentou declarações de quitação com a Justiça Eleitoral, e de NADA CONSTA em relação a:

- débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
- débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os de dívida ativa;
- ações cíveis e criminais (inclusive juizado especial), e de falências e recuperações judiciais, junto ao TJDF, nas 1ª e 2ª instâncias;
- ações cíveis, criminais, de família e sucessões, falências, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais, execuções fiscais e juizados especiais cíveis junto ao TJ de São Paulo;
- processos cíveis e criminais no TRF da 1ª Região;

Por fim, em relação aos aspectos formais determinados pelo Regimento Interno, o indicado fez constar argumentação escrita onde declara sua experiência profissional e formação técnica compatível com o cargo de Diretor da ANTT, bem como afinidade intelectual e moral para seu exercício. Nessa argumentação, o Sr. Fábio Carvalho ressalta sua experiência profissional e de magistério, e sua contribuição para a celebração de contratos de parceria em “mais de 70 empreendimentos de infraestrutura,



entre rodovias, ferrovias, portos e aeroportos que resultaram na contratação de mais de R\$ 60 bilhões” no setor.

Diante do exposto, entendemos que a MSF nº 30, de 2021, cumpre com as exigências formais determinadas pela legislação pertinente e pelo Regimento Interno, e que, lido o relatório que apresentamos, a Comissão dispõe dos elementos necessários para a deliberação acerca da indicação do Sr. FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da ANTT.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

